

# JOSÉ DO TELHADO E ANTÔNIO SILVINO: AS AMBIGUIDADES DO HERÓI-BANDIDO<sup>1</sup>

Silvana Bento Andrade  
Doutoranda em Língua e Literatura Portuguesas – Universidade de Trás-os-Montes  
e Alto Douro

Henriqueta Maria Gonçalves  
Doutora em Literatura Portuguesa – Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro

**Resumo:** Este artigo apresenta, como propósito de investigação, a análise dos heróis populares, representados pelas personagens históricas do salteador português José do Telhado (1818-1875) e do cangaceiro brasileiro Antônio Silvino (1875-1944). Cotejam-se as obras que tematizam as vidas e as façanhas bélicas das citadas personagens, direta ou indiretamente, como folhetos de cordel, romances e memórias. Verificada a indiscutível permanência do tema do herói-bandido, no imaginário popular, como uma espécie de justiceiro do povo, à sombra da lenda inglesa de Robin Hood, procura-se verificar como o discurso literário reforça e realimenta a construção e a divulgação de tais personagens. O tema literário do herói popular alcança valor mítico, visto que fascina e condensa imagens de valor simbólico para uma coletividade, exprimindo-lhe dinamicamente a constelação mental em que se reconhece.

**Palavras-chave:** José do Telhado – Tema literário. Antônio Silvino – Tema literário. Personagem literário – Herói-bandido.

**Abstract:** This article presents the purpose of research, the analysis of popular heroes, represented by the historical figures the Portuguese robber José do Telhado (1818-1875) and the Brazilian “cangaceiro” Antônio Silvino (1875-1944). It compares the texts that thematize their lives and war deeds, mentioned directly or indirectly, such as “folhetos de cordel”, novels and memoirs. Verified the indisputable permanence of the theme of the hero-villain in the popular imagination as the one who applies the justice to their people, under the shadow of the English legend of Robin Hood, this paper seeks to ascertain how literary discourse reinforces and feeds the construction and dissemination of such characters. We deduce from this approach that the literary theme of the folk hero reaches mythical value, as it fascinates and condenses images of symbolic value to a community, and expresses dynamically the mentality in which it recognizes.

**Keywords:** José do Telhado – Literary Theme. Antônio Silvino – Literary Theme. Literary Character – Villain Hero.

Este estudo constitui parte inicial da tese de doutoramento em Língua e Literatura Portuguesa, da Universidade Trás-os-Montes e Alto Douro – UTAD, sob a orientação

---

<sup>1</sup> O presente artigo foi apresentado como comunicação no XXIII Congresso Internacional da ABRAPLIP – Associação Brasileira de Professores de Literatura Portuguesa, realizado em São Luis, Maranhão, em setembro de 2012.

da Professora Doutora Henriqueta Maria Gonçalves, e propõe a análise da atualização da lenda de Robin Hood nas representações literárias do salteador português José do Telhado (1818-1875) e do cangaceiro brasileiro Antônio Silvino (1875-1944). Apresentaremos, para isso, recortes de textos ficcionais que tematizam as vidas e as façanhas bélicas das citadas personagens, nos quais serão investigadas as representações do banditismo social, segundo as proposições de Eric Hobsbawn (1976). Verificada a indiscutível vitalidade do tema do herói-bandido, no imaginário popular, investiga-se como o discurso literário reforça e realimenta a construção e a divulgação do perfil heroico de José do Telhado e Antônio Silvino. Estas personagens, à nossa leitura, escapam às classificações tradicionais de herói, pois que foram contraventores, como figuras históricas, e de anti-herói, dado que alçaram consagração popular por meio da tradição oral e dos registros literários, como justiceiros de seus povos.

Focalizamos de início a apresentação ao mesmo tempo irônica e amargurada que Camilo Castelo Branco faz de José do Telhado, em suas *Memórias do cárcere*<sup>1</sup>, com quem conviveu na Cadeia da Relação do Porto:

Este nosso Portugal é um paiz em que nem póde ser-se salteador de fama, de estrondo, de feroz sublimidade! Tudo aqui é pequeno: nem os ladrões chegam à craveira dos ladrões dos outros paizes! Todas as vocações morrem de garrote, quando as manifestam e apontam a extraordinários destinos. [...] Diz algum tanto como exemplo d'esta lastimável anomalia a história do José Teixeira da Silva do Telhado, o mais famoso salteador d'este século. Vulto de romance não o tem, porque n'este paiz nem se completam ladrões para o romance (BRANCO, 1906, p. 75-77)<sup>2</sup>.

Sob o lume simpático e heroico que o Romantismo dedicava às individualidades, o romancista lamenta a pequenez da mentalidade vigente, incapaz de dar crédito de valor às ações de “feroz sublimidade” do salteador português. Lamenta a falta de reconhecimento que lhe concederia “o vulto de romance”, mas, curiosamente, sua pena dará início a uma vasta produção literária e biográfica, quase sempre imiscuída pela componente lendária, acerca do fora-da-lei.

José Teixeira da Silva, consagrado no imaginário popular como José do Telhado é natural de Castelões de Recesinhos, concelho de Penafiel. Nascido em 1818, enraizou

suas façanhas no Marão, apenas de lá se afastando em breve viagem ao Brasil e no degredo à África<sup>3</sup> que lhe foi imposto como condenação por seus crimes.

De acordo com José Manuel Castro Pinto, em *José do Telhado – o Robin dos Bosques português?* (2007), sua alcunha deve-se à alusão ao local de nascimento, Telhado, assim chamado devido ao fato de a localidade possuir algumas casas com cobertura de telha, aspecto contrário ao costume da época: as casas eram cobertas com colmo<sup>4</sup>. Na narrativa de Camilo Castelo Branco, a ascendência de José Teixeira ensombra-lhe o destino:

Seu pae era o famigerado Joaquim do Telhado, capitão de ladrões, valente com as armas [...]. Um tio-avô de José Teixeira, chamado elle o Sodiano, já tinha sido salteador de porte, e infestara o Marão durante muitos annos. Se arripiássemos carreira na linhagem do senhor José do Telhado, iríamos encontrar-lhe um avoengo em Roma, com uma Sabina roubada no colo (BRANCO, 1906, p. 77-78).

O registro dessa ascendência, antes de sinalizar um valor determinista, que apenas seria esteticamente levado em conta bem depois, deixa entrever a construção de uma linhagem de valentes, a que José, embora tenha tentado seguir caminho diverso, não pode subtrair-se.

Na juventude, o rapaz morou em Sobreira, na casa de um tio, com quem aprende o ofício de castrador. Apaixona-se pela prima Ana, mas tem a permissão de namoro negada, posto que o tio ambicionava melhor casamento para a filha. Ferido em seu orgulho, José parte para Lisboa e inicia uma bem sucedida carreira militar, no quartel de cavalaria dos Lanceiros da Rainha. É também Camilo Castelo Branco quem registra seu aprendizado nas armas:

Lá ouvi – me dizia elle – a cantiga das primeiras balas, e algumas me queimaram o cabello, e vinham dizer-me ao ouvido que estivesse socegado. O barão de Setubal disse-me uma vez que choviam balas; e eu mostrei-lhe a lança, e disse: cá está o guarda chuva, meu general: deixe chover! (BRANCO, 1906, p. 80).

Lanceiro respeitado e com promissora carreira, José abdica da vida militar em 1845, quando recebe o consentimento para casar-se com sua prima Aninhas. À época, o jovem casal vive modestamente, mas já divide o que é seu com os menos favorecidos. Camilo

Castelo Branco enfatiza a felicidade do casal e a excessiva generosidade de José do Telhado: “Ditosos derivaram os primeiros anos deste suspirado enlace. José do Telhado era querido dos vizinhos, porque aos ricos nada pedia, e aos pobres dava os sobejos da sua renda e do seu trabalho de castrador” (BRANCO, 1906, p. 81). Entretanto, tal comportamento começa a afligir Aninhas, na administração dos recursos domésticos.

Em 1846, José Teixeira tomou parte na Revolução da Maria da Fonte<sup>5</sup>. Célebre pelas façanhas militares, o lanceiro é alçado à liderança da insurreição.

- Não queremos para chefe quem não conhecemos; à nossa frente há-de ir o José do Telhado; esse sim, que já viu o fogo e sabe como elas assobiam - clamavam os homens de Castelões e dos sítios vizinhos à porta do popular e abastado castrador (NORONHA, [s.d.], p. 129).

Irresistivelmente atraído pelas armas, José do Telhado, contrariando os rogos da esposa, adere ao movimento: “José do Telhado, em virtude dos seus conhecimentos especiais e do seu passado recebeu, com as divisas de sargento, o honroso encargo de fazer parte do pelotão de cavalaria, da escolta de Sá da Bandeira” (NORONHA, [s.d.], p.132-133).

E ainda:

Entrou José do Telhado ao serviço da junta na arma da cavalaria. Comprou cavalo e fardou-se a todo o primor. Repartia do seu dinheiro com os camaradas carecidos e recebia as migalhas do cofre da Junta para valer aos que de sua casa nada tinham. José Teixeira empenhou-se grandemente para satisfazer o que em parte era capricho e em parte era largueza de alma. Acompanhou a expedição a Valpaços e foi dado como ordenança ao Sr. Visconde de Sá da Bandeira. As proezas cometidas nessa temerosa e mal surtida batalha estão escritas na condecoração da Torre e Espada, que o general por sua própria mão lhe apresilhou na farda (BRANCO, 1906, p. 82).

Sufocadas as revoluções populares, José Teixeira retorna para a esposa e os cinco filhos, muito endividado, sem trabalho, perseguido pelas autoridades concelhias, oprimido pelos impostos e sem mais recursos. A amargura de não ter com que alimentar os filhos e o orgulho ferido impõem-lhe soluções radicais:

Trabalhar! Em quê, pergunto?  
Se não posso ganhar pão,  
Oh! O pobre desde o berço,

Traz consigo a maldição.

E será crime roubar  
Quando os filhos teem fome?  
Quando a negra lei da sorte  
Os innocentes consome?

Impossível não mais posso  
A' desgraça resistir  
Mostra-me a fome o caminho  
Por onde devo seguir (JORGE, 1898, p. 9).

Sem outra alternativa, Zé do Telhado ingressa no mundo do crime e assume a liderança da quadrilha de Custódio, o Boca Negra. Esmaga-lhe o peito, entretanto, o peso da sina de contravenções que lhe grita no sangue: “– É sina!... A fatalidade obriga-me a receber a herança de meu pai, que eu queria repudiar; meu irmão não resistiu à voz do sangue; a desgraça atira-me para o mesmo charco. Cumpra-se o destino...” (NORONHA, [s.d], p. 202).

Quando se vê definitivamente no comando, o ex-lanceiro determina seu código de conduta ao bando:

De hoje em diante acabou a revalbaria! Temos de levar a vida a sério se queremos vencer. E quem não estiver satisfeito pode sair já, a porta está aberta! De hoje em diante, a malta aqui reunida não será um bando de ladrões. Governamo-nos, mas eu só vou tirar aos que têm mais, para dar aos que têm menos. Proíbo, ouvi bem: proíbo!, que alguma vez se tire aos pobres e a todos aqueles que vivem honradamente do seu trabalho. Nesta comunidade, também não consinto que se matem pessoas; e só usaremos a força quando resistirem e nos obriguem a isso. Também não admito que ninguém se aproveite da ocasião para abusar das mulheres. [...]  
- De hoje em diante, eu só estou aqui como repartidor público. Tudo o que tirarmos aos outros não será só para nós. Uma parte é para os pobres (PINTO, 2002, p. 68-69).

Nesse momento, simbolicamente morre José Teixeira e nasce o célebre José do Telhado, o Robin dos Bosques português, legítima atualização da lenda inglesa medieval, na serra do Marão, onde abundam registros na tradição oral. Nas palavras de Júlio César Machado, “José Teixeira – nome d’elle – é pouco; José do Telhado é tudo. Quando passou do appellido para esta alcunha, apanhou a celebridade [...]” (MACHADO, 1872, p. 67).

A tradição popular cristaliza sua imagem heróica: severo, destemido, bem-humorado, galante e cortês. O salteador firma-se no imaginário com o que Frederico Pernambucano de Mello (1985), em seu estudo sobre o cangaço no Nordeste brasileiro, chama de ‘escudo ético’. José do Telhado lidera seu grupo com extremado rigor, mas mantém-se cuidadoso na proteção aos desvalidos de sorte. Assim, fundamenta sua imagem popular no temor e na admiração, o que lhe rende respeitabilidade e simpatia entre os seus. Para justificar, perante os próprios olhos e os dos conterrâneos, a vida de contravenções, José do Telhado põe em prática um banditismo social com nobreza e ética, nos limites do que tal atividade lhe possibilitou. Socorria os necessitados, concedia salvos-condutos a quem o tratasse com respeito e honestidade e recolhia para si a mesma porção que coubesse aos outros quadrilheiros, sem distinção. Os versos de António Nobre, no seu poema «Viagens na minha terra» de *Só*, contribuem na fixação ambivalente, no imaginário popular, oscilante entre o fascínio heróico e o temor dos assaltos:

Caía a noite. Eu ia fora,  
Vendo uma estrela que lá mora,  
No Firmamento português:  
[...]

E o carro ia aos solavancos  
Os passageiros, todos brancos,  
Ressonavam nos seus gabões:  
E eu ia alerta, olhando a estrada,  
Que em certo sítio, na Trovoada,  
Costumavam sair ladrões...

Ladrões! Ó sonho! Ó maravilha!  
Fazer parte duma quadrilha,  
Rondar. À Lua, entre pinhais!  
Ser capitão! Trazer pistolas  
Mas não roubando, - dando esmolas  
Dependuradas dos punhais (NOBRE, 2009, p. 124).

Segundo Eric Hobsbawn (1976), em seu estudo sobre o banditismo social, em locais e épocas distintos, tem-se observado o surgimento dessa categoria de fora-da-lei que ele denomina de “ladrões nobres”. Para ele, o mito<sup>6</sup> de Robin Hood conserva seu vigor, proporcionando atualizações, porque simboliza os ideais utópicos de justiça, liberdade e heroísmo. O “bandido nobre” tradicional simboliza uma estratégia primitiva de protesto social: a do indivíduo que não dobra a cerviz e faz-se respeitar, tomando nas mãos as armas e as rédeas de seu destino. A lenda de Robin Hood, na leitura de Hobsbawn,

representa sentimentos conflitantes de reação, idealismo e heroísmo cavalheiresco, e traduz o conflito entre a realidade e o sonho de liberdade. Em *Robin Hood: a mythic biography* (2003), o historiador Stephen Knight reconhece, nas ambivalências relacionadas ao fascínio popular pela imagem de Robin Hood, não uma alusão à figura histórica, mas a primazia de uma construção social de mais de 600 anos de desenvolvimento de conceitos e sentimentos.

A imagem popular de José do Telhado coincide com o perfil de Robin Hood, como ladrão nobre apresentado por Hobsbawn, que pode ser sintetizado em nove pontos:

Primeiro, o ladrão nobre inicia sua carreira de marginalidade não pelo crime, mas como vítima de injustiça, ou pela perseguição, pelas autoridades, devido a algum ato que considera criminoso, mas que é aceito pelo costume local.  
Segundo, ele “corrige os erros”.  
Terceiro, “tira dos ricos e dá aos pobres”.  
Quarto, “não mata, a não ser em legítima defesa ou vingança justa”.  
Quinto, “se sobrevive, retorna a sua gente como cidadão honrado e membro da comunidade. Na verdade, ele nunca chega a deixar a comunidade.”  
Sexto, “ele é admirado, ajudado e mantido por seu povo”.  
Sétimo, “morre invariavelmente, e apenas por traição, uma vez que nenhum membro decente da comunidade auxilia as autoridades contra ele”.  
Oitavo, ele “é – pelo menos em teoria – invisível e invulnerável”.  
Nono, ele é “não o inimigo do rei ou imperador, fontes da Justiça, mas apenas da nobreza local, do clero e de outros opressores” (HOBSBAWN, 1976, p. 37-38).

Também transpondo a existência histórica, para imortalizar-se pela voz do povo, Antônio Silvino atualiza o perfil de Robin Hood na literatura de cordel brasileira. Nenhum outro cangaceiro anterior a Lampião mereceria igual interesse de poetas e cantadores populares, corporificando o perfil heroico tão querido do sertanejo, e fortalecendo copiosa gesta em torno de suas façanhas. Tal perfil é retratado com fidelidade nos versos de Francisco das Chagas Batista, poeta popular contemporâneo e biógrafo de Silvino:

Admira todo mundo  
Quando eu passo em um lugar  
Os matos afastam os ramos,  
Deixa o vento de soprar,  
Se perfilam os passarinhos,  
Os montes dizem aos caminhos:  
- Deixai Silvino passar! (BATISTA, apud CASCUDO, 1966, p. 29).

Antônio Silvino nasceu Manuel Baptista de Moraes, em Pernambuco, em 1875, e faleceu na Paraíba, em 1944. Tomou a alcunha de Antônio Silvino em homenagem ao seu mestre de lutas, Silvino Aires. O pai, Pedro Baptista de Almeida, o Baptistão, era cangaceiro temido, e foi assassinado em 1896. O filho vingou-lhe a morte e abraçou o cangaço, na sugestão do exemplo paterno:

Meu pai fez diversas mortes  
Porém não era bandido;  
Matava em defesa própria,  
Quando se via agredido,  
Pois nunca guardou desfeita  
E morreu por atrevido (BATISTA, apud CASCUDO, 1966, p. 25).

Destaque-se, nos versos citados, a noção que o sertanejo tem de banditismo: bandido era quem matava mediante contrato de pagamento. O sertanejo não guarda ofensa, deve firmar-se, entre os seus, como valente e destemido, e não pode ter a honra maculada sem o devido desagravo. Assim, tornou-se comum, no Nordeste brasileiro, a figura do cangaceiro vingador.<sup>7</sup>

Segundo Câmara Cascudo, as representações populares de Antônio Silvino e de Lampião são bem distintas. Este é mencionado na literatura de cordel com horror e ódio, como devastador dos sertões com sua bestialidade; aquele mantém admiradores pelas recordações das suas atitudes cavalheirescas, dos gestos de generosidade, do respeito à honra das mulheres sertanejas, às crianças e aos idosos, e pela consideração por adversários valorosos. Antônio Silvino, também celebrizado como o ‘Rifle de Ouro’ ou o ‘Governador do Sertão’, que reinou no cangaço de 1896 a 1914, com rigoroso código de honra, sintetiza o sertão e o sertanejo e atualiza-se como benfeitor e justiceiro de seu povo:

Tudo que veve no mundo  
Navega com seu destino;  
A cobra traz o veneno,  
A mulher traz o menino,  
Redemuinho traz poeira,  
O sertão, Antôin Silvino! (Cego cantador, apud CASCUDO, 1966, p. 30)<sup>8</sup>.



As benfeitorias do cangaceiro, que repartia o butim de seus assaltos com os pobres, também ficam registradas no folheto *A história de Antônio Silvino*:

Visitei todo o comércio  
Fiz muito bom apurado:  
E vi que por muito povo  
Eu me achava cercado.  
Alguns pediam-me esmolas  
Então não me fiz de rogado.

Uns quatrocentos mil réis  
Com os pobres distribui.  
Não serve isto para minha alma  
Porque esta eu já perdi,  
Mas serve pros miseráveis  
Que estavam nus e eu os vesti (BATISTA, [s.d.], p. 30).

A poesia popular destaca igualmente o código de conduta defendido por Antônio Silvino, tanto em relação aos membros de seu grupo, quanto em relação ao caráter corretivo do comportamento social. Assim registram os autorizados versos de um dos mais célebres bardos dos feitos do cangaceiro, Francisco das Chagas Batista:

E também não sou ladrão,  
Pois não vivo de roubar:  
Para não morrer de fome  
Peço a quem tem para dar;  
Faço isto porque o governo  
Não me deixa trabalhar...

Defendo a honra e a inocência,  
Só ofendo a quem me ofende,  
Só firo a quem me fere  
Ou a quem ferir-me pretende;  
E o que me fizer mal  
Juro que se arrepende.

Só perdão às mulheres  
Porque estas são parte fraca;  
Mas meu perdão para os homens  
É bala e ponta de faca,  
Nas lutas sou como o tigre  
Quando a sua presa ataca.

Meu rifle não mente fogo  
Nem o punhal enverga;  
Dormindo ou embriagado,  
Inimigo não me enxerga,  
Porque Antônio Silvino  
Morre, mas não se entrega! (BATISTA, [s.d.], p. 38).

Também Gonçalo Ferreira da Silva celebra o código moral do “Governador do sertão”, em *Antonio Silvino, a justiça acima da lei*:

Quando as moças eram vistas  
Com maus olhos por vizinhos  
Que tinham dado aos rapazes  
A periquita e carinhos  
Silvino dava sonoras  
Lições aos engraçadinhos.  
[...]  
Assim Antonio Silvino  
Fez diversos casamentos  
Coibindo alguns afoitos  
De certos atrevimentos  
Ministrando aulas severas  
De novos comportamentos.

Autor dos dez mandamentos  
Do regime cangaceiro,  
A transgressão de um deles  
Valeria ao bandoleiro  
Ser morto sumariamente  
Por qualquer companheiro.

[...]  
Mas vamos aos mandamentos  
Por Silvino redigidos  
E depois para os presentes  
Previamente reunidos  
Com aparato solene  
Cuidadosamente lidos.

1º - ter ao cangaço  
Fraterno e sincero amor;  
2º - seguir seu líder  
Por toda parte que for;  
3º - ter o seu chefe  
Como seu superior.

4º - morrer pelo grupo;  
5º - não deixar fugir  
Quem a qualquer mandamento  
Não respeitar, não seguir;  
6º - não ter pena alguma  
Daquele que nos trair;

7º - quem deixar as armas  
Fuzilar sumariamente;  
8º - não maldizer-se  
9º - conservar em mente  
Que a cobiça deve ser  
Pela riqueza somente.

10º – mandamento e último  
Dos dez de Antônio Silvino  
Castigava o transgressor  
A cumprir pior destino  
Morrer sobre um formigueiro  
De sol escaldante a pino (SILVA, 2006, p. 4-6).

O surgimento do herói vincula-se aos mitos que correspondem às crenças de uma coletividade. O mito sobrevive num povo (e em povos diferentes), não apenas porque lhe explica a realidade, mas também porque reflete um aspecto real, a mentalidade, a “verdade” desse povo (FEIJÓ, 1984, p. 12-13). Em termos mais amplos, tomaremos a acepção de mito indicada, no *Dicionário dos mitos literários*, por André Dabezies, em busca de uma apropriação ao discurso literário:

Na literatura, será considerado “mito” *um relato* (ou uma personagem implicada num relato) *simbólico* que passa a ter *valor fascinante* (ideal ou repulsivo) e mais ou menos totalizante *para uma comunidade humana* mais ou menos extensa, à qual ele propõe a explicação de uma situação ou uma forma de agir (DABEZIES, 2005, p. 731).

Do plano histórico, José do Telhado e Antônio Silvino passaram a personagens lendárias, carregadas de valores moralizantes para seus povos, e constituíram matéria de elaboração da imagem mítica do ladrão nobre, do herói-bandido. Sintetizando simbolicamente medos, anseios, conflitos, esperanças, desejos de vingança e expectativas de uma coletividade, os mitos constituem uma elaboração inconsciente desses sentimentos na realidade. É em torno dessas emoções que se constitui o trabalho de elaboração estética do escritor. Tal elaboração tece o aparato de realce que garantirá ao mito a atualização e exprimirá também as vivências e convicções do próprio poeta, que serão reconhecidas pelo público ao qual se dirige e pertence. O trabalho estético não se limita a uma ornamentação superficial do mito original, mas acrescenta-lhe um sentido mais profundo. A imagem mítica que se forma atende a uma expectativa e deve dar-lhe uma resposta convincente aos anseios do grupo; entretanto é forjada conforme a criação artística, portanto subjetiva e fundamentalmente comprometida: “Uma imagem mítica só se configura se corresponder a uma necessidade que lhe dá, ao mesmo tempo que sua significação, uma forma concentrada, uma organização particularmente firme” (DABEZIES, 2005, p. 390). Assim é que personagens históricos bons transformam-se em figuras míticas más e vice-versa, como bem ilustram os foras-da-lei em estudo. A

distinção entre as figuras históricas e as míticas, contudo, não apresenta relevância, pois que

mesmo que se consiga reconstituir a verdade do real, [...] não há em caso algum como apagar os vestígios da criação mítica. O herói que nasce desta última e o herói da história existem lado a lado, como duas realidades diferentes, quase estranhas uma à outra; jamais se destroem, nem se excluem, nem põem o outro na sombra, porque pertencem a dois universos distintos: o da arte e o da história. Ora, o primeiro confere ao mito uma marca indelével; este, de fato, assume a forma de uma obra literária, de uma narrativa, [...] que fixa para sempre uma certa imagem (DABEZIES, 2005, p. 388).

Uma vez surgido, o mito condensará imagens simbólicas significativas para um povo, capazes de exprimir a dinâmica dos conflitos da psicologia coletiva. Assim revigorado, o mito se expande e se fortalece por meio de formas artísticas que o sustentam e realimentam, assegurando-lhe lugar de destaque no patrimônio cultural de um povo, representando um fenômeno de cultura.

José do Telhado e Antônio Silvino são personagens históricas cujas cargas de referencialidade são tão fortes que lhes garantem posição privilegiada no imaginário popular. Foram rústicos homens do povo, que alcançaram o reconhecimento – primeiro lendário e depois mítico – de seus pares, por seus feitos guerreiros, sua capacidade de liderança e código moral próprio, mas que, ao serem perseguidos pela Justiça, ingressaram na marginalidade e pagaram o alto preço por seus crimes. Além dessa dupla identificação, estas são personagens ambivalentes, pois transitam entre os universos do herói e do anti-herói: destacam-se dos seus semelhantes por um perfil único, que os individualiza e desperta sobre eles a admiração de seu povo. Sua concepção como heróis-bandidos sinaliza a coexistência de outra questão: tais personagens são reconhecidamente valorizadas como heróis do povo exatamente porque afrontam e subvertem o poder vigente e constroem, à margem desse poder, outro mundo, que se instaura e se rege por leis próprias. Tampouco são criminosos por causas intrínsecas, mas reagem a seu modo a um estado social injusto, transformando-se em defensores e vingadores do povo oprimido.

Para concluir, verifica-se a incontestável vitalidade da fantasia heroica em torno de José do Telhado e Antônio Silvino, em atualizações do tema literário do herói-bandido e da lenda de Robin Hood, surgida na Inglaterra da Idade Média. Essas personagens estão

alicerçadas no amor e no medo que despertaram, e assim sobrevivem às suas molduras locais e sociais. Transpuseram os limites do real e do ficcional e pertencem à história recordada, elaboração artística da tradição oral. José do Telhado e Antônio Silvino são alimentados pela lenda, ocupam lugar definido no imaginário popular e, por sua vez, realimentam tais imagens. Nesse sentido, a acepção de herói em José do Telhado e Antônio Silvino permanece aberta posto que permite a transição entre dois mundos: o mundo organizado por leis universalmente conhecidas, a realidade humana e material, e o mundo gerido pela ambivalência, tanto no ponto de vista negativo da falta de um único significado, quanto na necessidade de uma contínua revisão de sentidos e valores.

## Referências

- BATISTA, Francisco das Chagas. *A história de Antônio Silvino*. Mossoró: Queima-Bucha, [s.d.].
- BATISTA, Francisco das Chagas. [Romance]. In: CASCUDO, Luis da Câmara. *Flôr dos romances trágicos*. Rio de Janeiro: Editora do Autor, 1966.
- BRANCO, Camilo Castelo. *Memórias do cárcere*. Lisboa: Parceria Antonio Maria Pereira Livraria Editora e Oficinas Typographica e de Encadernação, 1906. v. II.
- CABRAL, Antonio. *Camillo de perfil. Traços e notas – Cartas e documentos inéditos*. Paris: Aillaud, 1922.
- CASCUDO, Luis da Câmara. *Flôr dos Romances Trágicos*. Rio de Janeiro: Editora do Autor, 1966.
- DABEZIES, André. Mitos primitivos a mitos literários. In: BRUNEL, Pierre (Org.). *Dicionário de mitos literários*. Rio de Janeiro: José Olympio, 2005.
- FEIJÓ, Martin Cézár. *O que é herói*. São Paulo: Brasiliense, 1984.
- GÓIS, Lúcia Pimentel. Lenda. In: CEIA, Carlos (Org.). *E-dicionário de termos literários*. Disponível em: <[http://www.edtl.com.pt/index.php?option=com\\_mtree&task=viewlink&link\\_id=902&Itemid=2](http://www.edtl.com.pt/index.php?option=com_mtree&task=viewlink&link_id=902&Itemid=2)>.
- HOBBSAWN, Eric. J. *Bandidos*. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1976.
- JOLLES, André. *Formas simples: legenda, saga, mito, adivinha, ditado, caso, memorável, conto, chiste*. Tradução de Álvaro Cabral. São Paulo: Cultrix, 1976.
- JORGE, José d’Almeida de Cardoso. *Verdadeira historia da vida e crimes de José do Telhado. Celebre criminoso do século XIX descripta em versos*. Porto: [s.n.], 1898.
- KNIGHT, Stephen. *Robin Hood: a Mythic Biography*. Ithaca: Cornell University, 2003.
- MACHADO, Júlio José. José do Telhado. In: Á LAREIRA. Lisboa: Campos Junior, 1872.

MELLO, Frederico Pernambucano de. *Guerreiros do sol*. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 1985.

NOBRE, António. Viagens na minha terra. In: \_\_\_\_\_. *Só*. São Paulo: Ateliê, 2009.

NORONHA, Eduardo de. *José do Telhado*. 2. ed. Porto: Simões Lopes, [s.d.].

PINTO, José Manuel Castro. *José do Telhado – o Robin dos Bosques portugueses?* (Tradição popular). Lisboa: Plátano, 2002.

REIS, Carlos; LOPES, A. C. Macário. In: \_\_\_\_\_. *Dicionário de narratologia*. Coimbra: Almedina, 2002.

SILVA, Gonçalo Ferreira da. *Antonio Silvino. A justiça acima da lei*. Rio de Janeiro: ABLC, 2006.

Recebido em 26/03/2013  
Aprovado em 30/06/2013

---

<sup>1</sup> *Memórias do cárcere* (1862) é uma autobiografia romanceada, escrita na Cadeia da Relação do Porto, no período em que o romancista respondia ao processo-crime movido por Manoel Pinheiro Alves, o primeiro marido de D. Anna Plácido. Em suas páginas, Camilo Castelo Branco registra informações sobre a vida de diversos criminosos, destacadamente o célebre José do Telhado, com quem conviveu (CABRAL, 1922, p. 227).

<sup>2</sup> Todas as transcrições deste trabalho respeitam a grafia das edições consultadas.

<sup>3</sup> Em Angola, José do Telhado destacou-se nas negociações entre as tropas portuguesas e os sobas. Chamavam-no *Quimuêzo*, que significa “homem de grandes barbas”. No degredo, tornou-se respeitado e querido e, ao falecer, em 1875, aos 57 anos, de varíola, recebeu um mausoléu em sua sepultura na aldeia

---

de Xissa, concelho de Malange. Consta que os negros mais pobres durante muitos anos iam chorar ajoelhando aos pés da sua campá, evocando ali muitas vezes o nome do “grande branco”, o pai dos pobres.

<sup>4</sup> Encontram-se também referências ao fato de seus pais possuírem a única casa coberta com telha na localidade.

<sup>5</sup> A Revolução da Maria da Fonte foi liderada pelas mulheres da freguesia de Fonte Arcada, contra três novas leis aprovadas pelo Parlamento nos anos de 1843 a 1845, que irritaram bastante a população: a Lei de Saúde, a Lei de Contribuição de Repartição e a Lei das Estradas.

<sup>6</sup> Embora Hobsbawn empregue o termo ‘mito’, entendemos que com maior propriedade genológica se tratará de uma lenda. Considerando o que diz Lúcia Pimentel Góis, no *E-dicionário de termos literários*, os conceitos de lenda e mito estão relacionados, pois a lenda pode fornecer a matéria a partir da qual se forma o mito. A palavra lenda [do lat. *legenda*, “coisas que devem ser lidas”], que a princípio remetia às histórias de vidas dos santos, de cunho moralizante, teve sua acepção estendida para incluir as narrativas antigas e consagradas pela tradição oral, geralmente sobre acontecimentos ou personalidades históricas. Nesses relatos, os fatos reais são transformados e acrescidos pela elaboração fantasiosa do imaginário popular, e adquirem valor exemplar em determinada comunidade. André Jolles (1976) esclarece que a disposição mental proporcionada pela lenda é a emulação dos comportamentos santificados das personagens retratadas, o que justifica o caráter exemplar desse tipo de texto. Assim, a personagem lendária deriva da pessoa histórica e intervém na vida real, pois passa a (res)significar os valores humanos, elaborados pela imaginação criativa e propostos como modelos edificantes para a coletividade. (GÓIS, [s.d.]). Carlos Reis e Ana Cristina M. Lopes, no *Dicionário de narratologia* (2002), registram o caráter ficcional da transfiguração dos fatos reais em lenda, operada pela imaginação popular e transmitida de geração em geração. Os autores aludem ainda ao forte apelo que as lendas tiveram à época do Romantismo, cuja estética destacou acentuada “propensão para valorizar elementos provenientes da cultura nacional e popular” (REIS; LOPES, 2002, p. 224). Os fatos históricos perdem, desse modo, a força da veracidade e priorizam a verossimilhança. Na lenda, não importa mais a identificação da verdade histórica, mas os valores simbólicos de que se reveste um fato ou uma personagem para determinada comunidade.

<sup>7</sup> A esse propósito, esclarece Frederico Pernambucano de Mello (1985), sobre as três categorias de cangaço: o cangaço meio-de-vida, ou de ofício, o cangaço de vingança e o cangaço como refúgio. Quanto a Antônio Silvino, o historiador, em análise da duração de seu período de atuação e de suas ações, atribui a categoria de cangaceiro de ofício, uma vez que não realizou a vingança prometida quando teve a oportunidade, o que teria encerrado sua trajetória. A construção de uma imagem de vingadores, entretanto, corrobora para a firmação do escudo ético de muitos cangaceiros célebres, como Antônio Silvino e Lampião. Nesse sentido, em nossa leitura, encontramos uma aproximação nas trajetórias de Antônio Silvino e José do Telhado. Movidos, inicial e respectivamente, pela vingança à morte do pai e pela situação de penúria da família, nossos heróis teriam encerrado suas incursões na vida do crime tão logo cessassem os danos que os incomodavam. Firmaram-se, no entanto, como grandes líderes de seus bandos, por longos anos, como um bem sucedido negócio, um meio-de-vida.

<sup>8</sup> Recolha feita em 1925, por João Cirineu de Vasconcelos, no mercado de São José, no Recife.